



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA
CENTRO DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES
EDUCAÇÃO DO CAMPO – CIÊNCIAS AGRÁRIAS**

MARIA DE FÁTIMA SAMPAIO LIBARINO

DESAFIOS E PERSPECTIVAS DA EDUCAÇÃO DO CAMPO:

**Implicações do Fechamento da Escola Municipal Antônio Carlos Magalhães Na
Comunidade São Domingos de Gusmão Manoel Vitorino-BA (2008): “Venderam o Peixe
Que Seria Por Pouco Tempo, Aí Fechou a Escola”**

AMARGOSA

2022

MARIA DE FÁTIMA SAMPAIO LIBARINO

DESAFIOS E PERSPECTIVAS DA EDUCAÇÃO DO CAMPO: IMPLICAÇÕES DO FECHAMENTO DA ESCOLA MUNICIPAL ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NA COMUNIDADE SÃO DOMINGOS DE GUSMÃO MANOEL VITORINO-BA(2008): “VENDERAM O PEIXE QUE SERIA POR POUCO TEMPO, AÍ FECHOU A ESCOLA”

Trabalho de Conclusão de Curso submetido à Coordenação do Curso de Graduação em Educação do Campo – Ciências Agrárias, da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, como requisito parcial para obtenção do grau de Licenciatura em Educação do Campo – Ciências Agrárias.

Orientação: Prof. Dr^a. Lanna Cecília Lima de Oliveira

AMARGOSA

2022

MARIA DE FÁTIMA SAMPAIO LIBARINO

DESAFIOS E PERSPECTIVAS DA EDUCAÇÃO DO CAMPO: IMPLICAÇÕES DO FECHAMENTO DA ESCOLA MUNICIPAL ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NA COMUNIDADE SÃO DOMINGOS DE GUSMÃO MANOEL VITORINO-BA (2008): “VENDERAM O PEIXE QUE ERA POR POUCO TEMPO, AÍ FECHOU A ESCOLA”

Este Trabalho de Conclusão de Curso foi submetido à Coordenação do Curso de Graduação em Educação do Campo como parte dos requisitos necessários à obtenção do grau de Licenciatura em Educação do Campo, outorgado pela Universidade Federal do Recôncavo da Bahia.

Aprovada em ____ / ____ / ____

Prof Dr^a. Lanna Cecília Lima de Oliveira

Orientadora

UFRB

Prof. Dr. Carlos Adriano da Silva Oliveira

UFRB

Prof .Dr^a. Luana Patrícia Costa Silva.

UFRB

*À minha família, agricultoras e agricultores, que são
minhas raízes e inspiração.*

AGRADECIMENTOS

Agradeço a minha família, pelo suporte, especialmente aos meus irmãos, Caroline Sampaio Ribeiro e Isaque Sampaio Ribeiro, pelo incentivo nas horas do desânimo, e colaboração.

Aos meus amigos, companheiros dos trabalhos acadêmicos Clemilda Rosa Souza, Livia Luz Pereira, Sandro de Jesus Vieira, obrigada pelo apoio, pela amizade, pelo companheirismo, por ter feito parte dessa etapa da minha vida, por ter tornado essa jornada mais leve.

A professora Dr^a Lanna Cecília Lima de Oliveira, gratidão pela disponibilidade de orientação, pela correção, pelas palavras de incentivo, quando eu desacreditava a professora sempre falava que ia dar certo.

Agradeço a todos professores do curso, pela empatia, carinho que me proporcionaram o conhecimento necessário para que eu pudesse chegar ao final da jornada.

Aos colegas de curso, pela amizade e ensinamentos e troca de experiências que vai além dos conhecimentos acadêmicos.

A universidade, e a todos que direta ou indiretamente tem participação e contribuição na minha formação profissional e humana. Gratidão!

Epígrafe

Somente uma escola centrada democraticamente no seu educando e na sua comunidade local, vivendo as suas circunstâncias, integrada com os problemas, levará os seus estudantes a uma nova postura diante dos problemas de contexto.

À intimidade com eles.

(Paulo Freire)

RESUMO

Este trabalho é uma pesquisa de abordagem qualitativa, realizado como Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) do componente da grade curricular do curso de Licenciatura em Educação do Campo-Ciências Agrárias, do Centro de Formação de professores-CFP, Campus Amargosa-BA, da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB). teve por objetivo, analisar as implicações do fechamento da escola municipal Antônio Carlos Magalhães, no município de Manoel Vitorino-BA, bem como identificar e descrever os desafios da comunidade depois que a escola foi fechada. Para tanto, foi utilizado como método para coleta de dados a entrevista semiestruturada, através dos dados obtidos verificou-se a importância do tema para o debate atual sobre a situação das escolas do campo, os desafios, e suas implicações. O trabalho destaca três autores(as) que dialogam com tema proposto: Molina e Caldart traz os conceitos básicos da Educação do Campo, elas fazem uma análise interessante de como está o movimento na atualidade, quais desafios estamos encontrando. já Peripolli, faz uma relação do fim das comunidades com o fechamento de escolas do campo. Através deste estudo verificou-se que esse tema não pode ser esquecido, principalmente porque existe a lei nº 12.960 de 20 de março de 2014, que altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para fazer constar a exigência de manifestação de órgão normativo do sistema de ensino para o fechamento de escolas do campo, indígenas e quilombolas. a lei enquadra o fechamento de escolas um crime.

Palavras-chave: Educação do Campo; Desafios da Educação do Campo; Fechamento de escolas do campo

Lista de siglas

ABAG- Associação Brasileira do Agronegócio

ACM- Antônio Carlos Magalhães

CEB- Câmara de Educação Básica

CNE- Conselho Nacional de Educação

ENERA-(Encontro Nacional de Educadores/as pela Reforma Agrária

EDO´C- Educação do Campo

EFAs- Escolas Família Agrícolas

EJA- (Educação de Jovens e Adultos

FONEC- Fórum Nacional de Educação do Campo

LDB- Lei a Diretrizes e Bases

MOBRAL- Movimento Brasileiro de Alfabetização

MST- Movimento dos Trabalhadores Sem Terra

IBGE- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

ONG´s - Organizações não Governamentais

PEC- Proposta de Emenda à Constituição

PPPs- Planos Políticos Pedagógicos

PRONERA- Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária

PDCIS- (Programa de Desenvolvimento Sustentável e Crescimento Integrado com Sustentabilidade

SECADIR- Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão

TOPA- Todos pela Alfabetização

UnB – Universidade de Brasília

UNESCO- Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

UNICEF- Fundo Internacional de Emergência das Nações Unidas para a Infância

PROCAMPO- Programa de Apoio às Licenciaturas em Educação do Campo

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	10
2 OBJETIVOS	12
2.1 Geral	12
2.2 Específicos	12
3 METODOLOGIA	12
4 CAPÍTULO I: EDUCAÇÃO DO CAMPO	13
4.1 Breve percurso da Educação no campo	13
4.2 Questões estruturantes da educação do/no campo	17
5 CAPÍTULO II: AS ESCOLAS E OS DESAFIOS DA EDOC	20
5.1 Fechamento de Escolas do Campo: luta e permanência	26
6 CAPÍTULO III. CONTEXTO E IMPLICAÇÕES DO FECHAMENTO DA ESCOLA ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES	29
7 CONSIDERAÇÕES FINAIS	41
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	43
APÊNDICES	45
ANEXOS	53

1 INTRODUÇÃO

Historicamente, os povos do campo foram usados como objetos para a sustentação urbana e não sujeitos da sua própria história, partindo da ideia de que há uma dicotomia muito forte entre o campo e a cidade. Nessa perspectiva, o sujeito campestino é somente uma força braçal que deve continuamente trabalhar para manter os suprimentos necessários à *urbis*, no entanto sem que haja uma valorização para a maioria dos trabalhadores rurais. Sendo assim, é generalizada a ideia de que o campo não é um lugar em que se possa viver com dignidade, e com isso, é negado o campo como um lugar de produção intelectual.

Essa hierarquia da cidade em relação ao campo, trouxe consequências educacionais como: preconceito contra os sujeitos do campo, abandono do poder público, currículos engessados, fechamento de escolas, transferência de estudantes para escolas urbanas, educação descontextualizada com a realidade do campo etc. E esses aspectos negativos possuem íntima relação entre si.

Por isso, este trabalho busca verificar as consequências citadas no fechamento da Escola Municipal Antônio Carlos Magalhães (doravante ACM) no ano de 2008. Esta se localiza na comunidade São Domingo de Gusmão, que atualmente pertence ao município de Boa Nova, na Bahia, mas que na época pertencia ao município de Manoel Vitorino, também na Bahia. Parte-se da hipótese que uma das principais consequências do fechamento da escola ACM foi a evasão dos moradores para centros urbanos, porque a escola garantia a permanência dos moradores na comunidade e com o fechamento dela, as pessoas se sentiram obrigadas a saírem da comunidade em busca de acesso à educação com mais comodidade.

Esta pesquisa justifica-se pela natureza de urgência em se problematizar o tema “fechamento de escolas do campo” num país em que a educação sofre um desmonte, pois assistimos frequentemente a cancelamentos e cortes orçamentários onde deveria haver surgimento de novas propostas e investimentos. Isso num país onde se fecha mais escolas públicas no campo do que são abertas, mesmo depois da criação da Lei 12.960 de 27 de março de 2014.

Como existe uma lei que prescreve a existência de escolas no campo, fechá-las se equipara a um crime, e é principalmente por isso que esta pesquisa se justifica. Contudo, é um tema que parece ser relativizado uma vez que os debates políticos suavizam essas ações em decorrência do jogo de poder local.

Outra relevância surge em decorrência da inexistência de estudos nessa área no município. Com isso a pesquisa trará um olhar pontual sobre a educação do/no campo no local, chamando atenção para a intenção dos gestores em relação às mesmas, exigindo a reflexão e o debate.

A pesquisa, também, possui uma importância subjetiva, pois eu possuo um vínculo com o tema proposto, por vivenciar durante minha trajetória estudantil, a falta de contextualização, uma educação vertical de cima para baixo, sem a concepção de subjetividade dos povos do campo, e por acompanhar de perto o fechamento da escola do campo na comunidade onde residia. Ter atentado a essas questões na comunidade deve se ao fato da inserção no curso em Licenciatura em Educação do Campo pela Universidade Federal do Recôncavo da Bahia-(UFRB)

Levando em consideração a proximidade que tenho como exemplo citado é a frequência com que escolas do campo são desmontadas, este trabalho tem por objetivo analisar e descrever as implicações, desafios e perspectivas que envolveram o fechamento da Escola Municipal Antônio Carlos Magalhães no ano de 2008, mais especificamente responder o seguinte problema de questão: “Quais as implicações no fechamento da escola municipal Antônio Carlos Magalhães”?

O trabalho está dividido em três capítulos: **Capítulo I: Educação do campo** I.I. Breve percurso da Educação no campo e I.II. Questões Estruturantes da Educação do/no Campo. **Capítulo II: As Escolas e os Desafios da EdoC;** II.I Fechamento de Escolas do Campo: luta e permanência; **Capítulo III. Contexto e Implicações do Fechamento da Escola Antônio Carlos Magalhães.**

2 OBJETIVOS

2.1 Geral

Analisar e descrever as implicações, desafios e perspectivas que envolveram o fechamento da escola municipal Antônio Carlos Magalhães no ano de 2008.

2.2 Específicos

- Identificar os desafios da educação do/no campo brasileira;
- Conhecer e analisar as implicações do fechamento de escolas do campo no Brasil;
- Descrever o processo do fechamento da escola ACM e avaliar as implicações e desafios depois que a escola foi fechada na comunidade São Domingos de Gusmão.

3 METODOLOGIA

A metodologia da pesquisa em questão é de abordagem qualitativa, descritiva, exploratória e um estudo de caso, e segundo os procedimentos técnicos de análise bibliográfica, documental e estudo de campo.

A pesquisa descritiva, segundo Gil (2002), tem como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno, ou então, o estabelecimento de relações entre variáveis. A pesquisa exploratória tem como objetivo proporcionar maior familiaridade com o problema com vista a torná-lo mais explícito ou a construir hipóteses. Pode-se dizer que estas pesquisas têm como objetivo principal o aprimoramento de ideias ou a descobertas de intuições, (GIL, 2002). Já a abordagem qualitativa para Fontelles et al (2009) é o tipo de pesquisa apropriada para quem busca o entendimento de fenômenos complexos, em profundidade de natureza social e cultural mediante descrições, interpretações e comparações.

A pesquisa bibliográfica se divide em oito fases diferentes, de acordo com Lakatos, (2003): escolha do tema, elaboração do plano de trabalho, identificação, localização, compilação, fichamento, análise e interpretação e redação.

A pesquisa documental foi feita na secretaria de educação do município, no site do INEP (Instituto Nacional de Estudo e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira), Lei de Diretrizes e Bases, também foi pesquisado fonte estatísticas como o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), para coletar e descrever dados censitários do município.

Foi feito um estudo de campo por meio de uma observação intensiva direta, com uma entrevista do tipo semiestruturada, foi utilizado como instrumento de pesquisa um questionário com 10 perguntas.

O estudo de caso de acordo com Gil (2002) é uma modalidade de pesquisa amplamente utilizada nas ciências sociais e biomédicas. Consiste no estudo profundo e exaustivo de um ou poucos objetos de maneira que permita seu amplo e detalhado conhecimento. Neste trabalho foi analisada as implicações do fechamento da escola municipal Antônio Carlos Magalhães.

4 CAPÍTULO I: EDUCAÇÃO DO CAMPO

4.1 Breve percurso da Educação no campo

Desde a conferência de Bretton Woods ocorrida em 1944, realizada por países capitalistas com o objetivo de melhorar a economia pós segunda guerra mundial, o Capitalismo estabeleceu uma nova ordem global. Desde então, o sistema atém se como algo natural, através de princípios e leis que visam mantê-lo hegemônico. No Brasil, dentre várias formas de garantir a hegemonia capitalista destaca-se o Agronegócio. Esse modelo de organização agrícola conseguiu, ao longo de décadas, entranhar em diversos segmentos da classe dominante a defesa de seus ideários, e, através da educação, busca um meio de difundir seus valores.

Nesse sentido, por meio da educação, o Agronegócio busca legitimar suas ações, adotando um discurso de salvador da pátria, e o faz ao deslegitimar a luta de classe existente no Brasil, abafando estrategicamente os conflitos existentes no campo, criando defensores em todas as esferas possíveis. Um dos exemplos é a criação de uma associação que reúne vários patronatos do setor agrário brasileiro, a ABAG (Associação Brasileira do Agronegócio), que, de acordo com Lamosa et al. (2018), é criada com a intenção de difundir os interesses do setor:

“A Associação Brasileira do Agronegócio (ABAG), constituída por representantes dos segmentos produtivos que compõem o agronegócio brasileiro, foi fundada em 1993, em um evento no Congresso Nacional, com o objetivo de unificá-los em uma mesma representação patronal. A Associação criou ao longo de duas décadas, um braço pedagógico responsável por formar os dirigentes de seus associados, difundir seus interesses e valorizar a imagem do Agronegócio no país.” [...] (LAMOSA et al, 2018, p. 121).

Como exemplo dessa difusão, em 2001, a ABAG implementou o Programa Educacional Agronegócio na Escola nas instituições de ensino da rede pública de Ribeirão Preto (SP) LAMOSA et al, 2018. Segundo os autores, o programa tinha o propósito de valorizar a imagem do agronegócio, e de levar a modernização para o campo, com tecnologias avançadas através de um discurso de sustentabilidade e rentabilidade sem conflitos. O programa, visa, portanto, controlar as classes sociais para evitar uma futura crise política, por isso os autores batizaram a ABAG de “Partido do Agronegócio”, uma vez que é:

[...] defendido enquanto o meio mais moderno de desenvolvimento econômico no campo, superior, portanto, ao

latifúndio e às práticas produtivas de camponeses e demais trabalhadores rurais, vistas como resquícios de um passado a ser superado. (LAMOSA et al, 2018, p. 121).

Destacamos aqui outro programa educacional do patronato rural em escolas públicas - os programas educacionais da Odebrecht, empresa ligada ao ramo da construção. Segundo Rios (2016) a Odebrecht é uma empresa baiana criada por Norberto Odebrecht em 1940, e foi expandindo-se, ao longo dos anos, para outras regiões do Brasil, e até mesmo para o exterior. De acordo com a autora, esse processo de ampliação foi diversificando seus negócios. Um desses negócios é o PDCIS (Programa de Desenvolvimento Sustentável e Crescimento Integrado com Sustentabilidade), implantado no ano de 2003 em 11 municípios no baixo Sul da Bahia. Para Rios, a Fundação Odebrecht fundamenta suas estratégias na criação de uma rede de aparelhos privados que atua nos planos: educacional, social e ambiental. Esse tipo de comportamento e iniciativa por parte das empresas, é considerado bem típico, pois precisam manter o controle total para não cair em contradição, como tem nos mostrado Ribeiro (2014):

Com a introdução de empresas agropecuárias no país, estas incorporam a necessidade de trabalhadores que se adaptem aos seus processos produtivos. Por isso, precisam apoiar-se em novos programas educacionais que ofereçam a formação necessária ao desempenho das novas funções aos trabalhadores contratados (RIBEIRO,2014,p.239).

Essa não é apenas mais uma e a mais “nova” forma do capital estabelecer sua hegemonia diante da classe trabalhadora. Ribeiro (2014) questiona: “Será que isso que estamos vendo hoje é novo ou há elementos na história que evidenciam processos contraditórios de continuidade e diferença, próprios do capitalismo, no que se refere à relação entre a escola rural e o trabalho camponês?”.

Diante dessas imposições feitas pelo capital ao longo dos anos, surgem e crescem vários movimentos contrários a essa forma de ver o campo, como é o caso do MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra). Criado em 1984, o MST trouxe para o debate as questões sobre a reforma agrária no país, questionando a função social da terra. Em 1997, o movimento juntou-se a sindicatos de professores e movimentos estudantis, e realizaram o I Enea (Encontro Nacional de Educadores/as pela Reforma Agrária), considerado por Caldart (2012) um marco na luta por uma educação com especificidades do campo. Ao contrário da educação rural, que tem caráter compensatório e preparatório para educar os sujeitos do campo para mão-de-obra urbana,

a educação do campo tem um caráter emancipatório, e considera o campo um lugar de vida, e os sujeitos que nele vivem e trabalham “coletivos de direitos”.

Depois do I Eneer, aconteceu em Goiás, de 27 a 30 de julho de 1998, na cidade de Luiziana, a I Conferência Nacional por uma Educação Básica do Campo. A organização do evento colocou como objetivo principal recolocar o rural e a educação vinculada ao mesmo na agenda política do país. Da Conferência, dez compromissos e desafios foram assumidos pelos signatários (CNBB, MST, UNICEF, UNESCO e UnB): 1. Vincular as práticas de Educação Básica do Campo com o processo de construção de um Projeto Popular de desenvolvimento nacional; 2. Propor e viver novos valores culturais; 3. Valorizar as culturas do campo; 4. Fazer mobilizações em vista da conquista de políticas públicas pelo direito à Educação Básica do Campo; 5. Lutar para que todo o povo tenha acesso à alfabetização; 6. Formar Educadoras e Educadores do Campo; 7. Produzir uma proposta de Educação Básica do Campo; 8. Envolver as Comunidades neste processo; 9. Acreditar na nossa capacidade de construir o novo; e 10. Implementar as propostas de ação desta Conferência. Desde então o movimento conquistou, nas décadas seguintes, avanços no debate em relação à educação no/do campo.

A II Conferência Nacional, realizada em julho de 2004 também em Luiziana/GO, vem reforçar as discussões problematizadas pelo primeiro encontro, neste estavam reunidos, segundo a Declaração Final do encontro, os representantes de Movimentos Sociais, Movimento Sindical e Organizações Sociais de Trabalhadores e Trabalhadoras do Campo e da Educação; das Universidades, ONG's e de Centros Familiares de Formação por Alternância; de secretarias estaduais e municipais de educação e de outros órgãos de gestão pública com atuação vinculada à educação e ao campo; trabalhadores/trabalhadoras do campo, educadoras/educadores e educandas/educandos de comunidades camponesas, ribeirinhas, pesqueiras e extrativistas, de assalariados, quilombolas, povos indígenas. Se comparar com o público da I Conferência vemos um aumento no engajamento da comunidade nas discussões educacionais do setor, o que era de certa forma uma das proposições desejadas lá em 1998.

Na segunda conferência, vê-se um diagnóstico dos avanços obtidos até aquele momento:

[...] a aprovação das “Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo” (Parecer no 36/2001 e Resolução 1/2002 do Conselho Nacional de Educação). Outra conquista política importante está sendo a entrada da questão da Educação do Campo na agenda de lutas e de trabalho de um número cada vez maior de movimentos sociais e sindicais de trabalhadores e trabalhadoras do campo e o envolvimento de diferentes entidades e órgãos públicos na mobilização e no debate da

Educação do Campo, como se pode observar pelo próprio conjunto de promotores e apoiadores desta II Conferência.

Dentre os 21 propósitos apresentados na segunda conferência, destacamos o 1º que diz respeito à universalização do acesso da população brasileira que trabalha e vive no e do campo à Educação Básica de qualidade social, incluindo como uma das metas o fim do fechamento arbitrário de escolas no campo.

Apesar das investidas do capital em desestruturar o campo com suas políticas e projetos educacionais, o campo resiste, ao longo dessas duas últimas décadas criou várias organizações camponesas que conseguiram se unir para o enfrentamento a esse modelo de desenvolvimento agrário.

4.2 Questões estruturantes da educação do/no campo

A Educação do campo está intrinsecamente ligada à disputa dos modelos agrícolas brasileiros e antagônicos, ou seja, o Agronegócio e a Agricultura familiar camponesa, ambos absolutamente diferentes em sua forma de concepção, de produção e visão de mundo. De um lado está o agronegócio que sustenta sua força de produção no campo e tem por objetivo gerar lucro para abastecer o mercado capitalista, sem se importar com as consequências e os impactos que a busca desenfreada por lucro trará para a sociedade. Do outro lado está a agricultura familiar camponesa, que de acordo com Molina (2015), “é protagonizada pelos sujeitos coletivos do campo, em busca de outro modelo de desenvolvimento, baseado no trabalho camponês, na Agroecologia, na soberania alimentar, e na justiça social. Enfim, na existência e qualidade de vida no campo”.

Uma das questões mais emblemáticas acerca da Educação do Campo é compreendê-la como uma categoria de luta pelos direitos dos povos que vivem e trabalham no campo. Segundo Molina (2015), a “Educação do Campo foi forjada na luta contra a forma de organização da sociedade capitalista, e por isso não pode fugir de sua materialidade histórica”.

Para Caldart (2007) a Educação do Campo é estruturalmente sustentada pelo tripé campo – política pública – educação. Neste sentido, as concepções de educação, visão de desenvolvimento (econômico, cultural e social) bem como práticas e ações precisam estar ligadas entre si. Por ter sua origem na luta dos movimentos sociais, protagonizados pelos trabalhadores do campo, Caldart (2012) destaca que: “a Educação do Campo está para além da escolarização,

centrada no papel da escola. Para a autora, o movimento da Edo'c se constitui em três momentos diferentes e simultâneos: o primeiro momento a ele denuncia como foram tratados os trabalhadores do campo ao longo do tempo, como seres inferiores, e por isso merecedor de um tratamento inferior em relação aos trabalhadores da cidade. O segundo momento diz respeito às práticas para alcançar aquilo que almeja. E o terceiro momento é a projeção de uma outra concepção de campo, de sociedade, de relação campo e cidade, de educação, de escola. Perspectiva de transformação social e de emancipação humana”.

Neste sentido as autoras sinalizam qual é o papel da educação do campo, que não é somente as questões que envolvem a sala de aula, mas todo o processo e relação com a educação, os sujeitos que vivem, trabalham no/do campo. É importante também salientar a necessidade de compreender o movimento da Edoc, a sua origem, concepções e princípios, destacando a importância dos movimentos sociais para as conquistas da Edoc. Outro elemento que também não se pode deixar de lado é a compreensão acerca da questão agrária, que envolve concentração fundiária, a propriedade desigual da terra e de seu uso. A questão é o conjunto de relações que leva ao embate de forças produtivas capitalistas e os camponeses, onde o segundo grupo corresponde à luta pelo fim da exploração dos trabalhadores, pelo direito da terra e Reforma Agrária, por educação e o uso responsável dos recursos naturais.

De acordo com Stedile (2012):

O termo questão agrária é utilizado para designar uma área do conhecimento humano que se dedica a estudar, pesquisar e conhecer a natureza dos problemas das sociedades em geral relacionados ao uso, à posse e à propriedade da terra. (STEDILE, 2012 p.641)

Neste sentido, a questão agrária está dentro da educação do campo, pois está vinculada diretamente com as lutas dos sujeitos, com os princípios das concepções, e aquilo que seria uma solução para a questão agrária, representaria um grande avanço na educação do campo que é a Reforma Agrária. Segundo Silva (1981):

A questão agrária se alia hoje a uma série de “outras” questões, como a questão energética, a questão indígena, a questão ecológica, a questão urbana e a questão das desigualdades regionais. Ou seja, a questão agrária permeia hoje uma série de problemas fundamentais da sociedade brasileira. (SILVA, 1981, p. 40)

Portanto, a luta pela Reforma Agrária é o que impulsiona o movimento pela a Educação no/do Campo. O vínculo que os trabalhadores e trabalhadoras da agricultura, da coleta, da pesca e pecuária têm com a terra, possibilita a luta pela Educação do Campo.

Consideravelmente, há que se destacar um grande avanço na educação do campo, conquistados pelos movimentos do campo, que é a garantia do direito em forma de lei, voltada especificamente para os povos do campo. Ressaltando que ao se referir aos “povos do campo” está se referindo aos diferentes grupos humanos existentes no campo (camponeses, caiçaras, ribeirinhos, fundo de pasto, assentados e acampados de reforma agrária, quilombolas, caboclos, atingidos por barragens, extrativistas).

Um desses avanços é a LDB (Lei de Diretrizes e Bases), considerada um marco legal muito importante, homologada em 03 de abril de 2002, que estabelece normas e critérios políticos, pedagógicos, administrativos e financeiros, e orienta as organizações das escolas do campo.

Também programas importantes como o PRONERA (Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária), criado em 16 de abril de 1998, uma política pública, cujo objetivo principal era atender as demandas educacionais dos assentados da Reforma Agrária. Mais tarde também contribuiu com a educação camponesa brasileira de forma geral. O programa garante recursos que são aplicados em todos os níveis da educação e foi responsável pela criação dos cursos de licenciaturas em educação do campo em 2006, ajudando a democratizar a educação superior com convênios com universidades.

Outro ganho temporário são as secretarias como a SECADI (Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão), responsável por criar o Programa de Apoio às Licenciaturas em Educação do Campo (Procampo). A SECADI era uma importante secretaria que dava visibilidade aos sujeitos antes invisibilizados, mas que foi destituída em 2019, por forças neoliberais.

Neste sentido, a Educação do Campo nasceu das lutas dos trabalhadores e trabalhadoras do campo, em prol da democratização do acesso à terra, o trabalho, a educação, os alimentos, a água e a vida, em contraponto à lógica capitalista que tudo transforma em mercadoria.

5 CAPÍTULO II: AS ESCOLAS E OS DESAFIOS DA EDUCAÇÃO DO CAMPO

Para Molina (2015), a Edoc está ligada à disputa de dois modelos agrícolas brasileiros que são antagonistas (agronegócio e agricultura familiar camponesa). Esses dois modelos não estão bem perceptíveis diante da sociedade. Segundo a autora, isso dificulta a compreensão de embate

e de diferença entre ambos. Molina (2015) pontua ainda a impossibilidade de coexistência entre esses dois modelos de organização de trabalho no campo. Se o agronegócio prevalecer significará a derrota da Edoc e vice-versa, por mais que haja uma tentativa de fazer com que esses dois modelos coexistam, a autora discorda de que isso seja possível.

Desde o início do movimento pela educação do campo ficou evidente o caminho a percorrer - o da luta, pois o movimento nasceu do embate por um mundo mais justo e igualitário. No início a luta foi por conquistas, hoje a luta é para além das conquistas, é pela permanência e atuação do que já foi conquistado em termos de políticas públicas para o campo. Apesar de nas últimas décadas (2000 até 2016) o movimento pela educação do campo ter alcançado bastante êxito, e isso se deve graças à gestão de governos mais progressistas que dialogavam com os movimentos sociais e buscavam atender suas demandas. A partir de 2016, após o golpe, forças produtivas neoliberais assumiram o poder, tornando as coisas mais difíceis principalmente em termos de educação, saúde e cultura.

Em 2017 o governo golpista assinou a PEC nº 241/2016 que congela os gastos em saúde e educação por 20 anos. Em 2018, tornando mais grave os problemas no Brasil, o poder foi assumido pela extrema direita. Este governo que tem um caráter fascista, vem ameaçando a democracia, e tem massacrado a classe trabalhadora. O que se vê são tentativas de acabar de vez com o que é público, principalmente as escolas públicas, incluindo as escolas do/no campo.

Nesse sentido, um dos principais desafios da Edoc é manter-se de pé diante das dificuldades atuais, por isso Caldart (2007), afirma: “atualmente a Educação do Campo luta para manter a contradição, isso é o que garante a sua existência, do contrário se a contradição for superada significará a sua morte”. Isso significa que a Edoc está para além das questões pedagógicas. É fundamental o debate sobre o trabalho no campo, a cultura, as relações sociais, e os processos produtivos. Demonstra o vínculo do trabalho e educação e suas concepções baseadas nas pedagogias: Socialista, Emancipatória, Libertadora, do Movimento, do Oprimido, da Alternância e da Esperança, entre outras, que contrapõe com a concepção que visa gerar lucro e mão de obra para o trabalho alienado, forma neoliberal de pensar a educação e trabalho. Essa concepção de Edoc tenciona o escolacentrismo, visão simplificada da escola, ou seja, ela contrapõe a ideia de que a educação escolar é absoluta nos processos formativos da vida das pessoas.

Outro ponto importante destacado por Caldart (2007) é o protagonismo dos sujeitos do campo em relação a luta pela democratização do conhecimento; e pela episteme, a concepção de educação, instrução e método de pensamento, pelos quais a Edoc reconhece as especificidades dos sujeitos do campo, incorpora na reflexão político-pedagógico a diversidade dos povos do campo, e não cai numa armadilha neoliberal, onde o conhecimento é centralizado nas práticas educacionais, e na escola, e uma visão absoluta de ciência.

Além deste, outros desafios não tão atuais assim, mas também importantes não podem ser deixados de lado, tais quais:

a) Adequação ao conteúdo (contextualização)

A concepção de educação afirmada pela Edoc é uma educação que respeita as especificidades dos povos do campo, sua pedagogia é voltada para o trabalho no campo, ou seja, a relação “educação e trabalho” estão interligadas e são complementares, teórico-prática, aliás a Edoc valoriza a praxe”, conforme explica Caldart (2007).

A vida no campo é diferente da cidade, na agricultura familiar camponesa todos os membros estão envolvidos na produção. No tempo de plantio, geralmente quando isso acontece, os estudantes precisam faltar a escola para acompanhar a lida dos pais, e isso acaba atrapalhando a formação desses jovens. Uma vez que os currículos e os PPPs (Planos Políticos Pedagógicos) das escolas não estão de acordo com esses tempos e espaços de formação destes sujeitos.

Uma alternativa que tem se mostrado eficaz para resolver essa questão é a pedagogia da alternância. Uma proposta metodológica que alterna o tempo e os espaços formativos e o trabalho de estudantes e docentes em escolas do meio rural e em universidades que oferecem licenciaturas em educação do campo. O desafio é levar a pedagogia da alternância a todas as escolas do/no campo, articular as políticas públicas municipais e estaduais para que isso ocorresse na prática, mas o que se tem atualmente em relação a pedagogia da alternância, é o desafio de derrubar o veto do então presidente da república Jair Messias Bolsonaro. O Projeto de Lei 6498/16, que incluiria na LDB a pedagogia da alternância nas escolas do campo, método que consiste em intercalar os tempos formativos em teórico e prático, promovendo formação integral do estudante na escola e na propriedade rural. Foi vetado pelo presidente no dia 23 de junho de 2022, com a justificativa de que contraria o interesse público e é inconstitucional.

b) Capacitação pedagógica (capacitação do professor)

Para trabalhar no campo, de acordo com Arroyo (2007) “A história nos mostra que não temos tradição nem na formulação de políticas públicas, nem no pensamento e na prática de formação de profissionais da educação que focaliza a educação do campo e a formação de educadores do campo como preocupação legítima”.

Segundo o autor, as concepções de educação, cultura e sociabilidade, pensadas na sociedade estão hierarquizadas entre cidade e campo, de modo que naturalmente a cidade é superior em relação ao campo. Por isso os sujeitos urbanos são considerados sujeitos de direitos, enquanto que os “outros” são ao contrário disso. O autor ainda destaca:

O campo é visto como uma extensão, como um quintal da cidade. Consequentemente, os profissionais urbanos, médicos, enfermeiras, professores estenderão seus serviços ao campo. Serviços adaptados, precarizados, no posto médico ou na escolinha pobre, com recursos pobres; profissionais urbanos levando seus serviços ao campo, sobretudo nos anos iniciais, sem vínculos culturais com o campo, sem permanência e residência junto aos povos do campo. (ARROYO, 2007, p. 159)

Arroyo evidencia como a falta de capacitação de professores para o campo está ligada com outro desafio enfrentado pela Edo'c que é a hierarquia cidade/campo.

c) Hierarquia cidade/campo

Com as mudanças ocorridas no Brasil, principalmente no modo de produção agrícola, o campo tem sido colocado num lugar de atraso no que toca os camponeses e a agricultura familiar com a sua forma de produzir. Por outro lado, o agronegócio é visto como forma “inovadora” de produzir com máquinas que substituem a força humana. Cursos técnicos e programas nas escolas públicas têm cada vez mais estimulado os jovens a sair do campo para a cidade, em busca de oportunidades que muitas das vezes não são encontradas, pelo fato de que no capital não há espaço para todos no mercado de trabalho. Como consequência da hierarquização da cidade em relação ao campo, o poder público, voltou seu olhar em especial para os centros urbanos, inferiorizando o campo e levando, aos povos que vivem e trabalham no campo, políticas públicas compensatórias e assistencialistas. Com isso as escolas do campo sofrem com a falta de recursos financeiros e pedagógicos, além disso, os currículos das escolas do campo merecem uma melhor atenção pois quando se faz uma análise, é visto que são engessados, feito para as escolas urbanas e sem a participação da comunidade.

É perceptível, portanto, que historicamente foi idealizada uma concepção de escola para os sujeitos que ocupavam os espaços rurais, da mesma forma que pensava escola para os sujeitos que viviam nos espaços urbanos. Assim descreve Ribeiro, (2012) “Compreendida no interior das relações sociais de produção capitalista, a escola, tanto urbana quanto rural, tem suas finalidades, programas, conteúdos e métodos definidos pelo setor industrial”. A autora destaca essa contradição imposta às escolas do campo quando diz que:

Os filhos dos camponeses experimentam uma necessidade maior de aproximação entre o trabalho e o estudo, visto que a maior parte deles ingressa cedo nas lidas da roça para ajudar a família, de onde se retira a expressão agricultura familiar. Mas na escola apenas se estuda, e este estudo nada tem a ver com o trabalho que o camponês desenvolve com a terra. (RIBEIRO, 2012, P. 295-296)

As escolas do campo ficaram muito tempo, e até hoje ainda estão, sob o domínio de grupos políticos, organizados por regiões, levados pela ótica do capital, que veem o campo como atrasado, e as cidades como progresso. A escola tem uma função dentro dessa visão, que é formar mão de obra, de preferência barata, incapaz de questionar qualquer direito, apenas para abastecer o mercado. Para além disso, se tem pouco interesse em relação ao Estado para resolver qualquer questão que envolve o campo, e os grupos humanos que ali vivem.

Para Molina (2015), às escolas do campo é parte do objeto da luta pela garantia do direito à educação escolar dos povos do campo, e é fundamental retomar que ela é “(...) protagonizada pelos sujeitos coletivos do campo, em luta pela construção de outro modelo de desenvolvimento, baseado no trabalho camponês; na Agroecologia; na soberania alimentar e na justiça social. Apesar das escolas do/no campo não serem consideradas a centralidade da Edoc, ela é o objeto, pois é preciso ter uma escola bem equipada no/do campo para que se possa realizar uma educação de qualidade a todos, isso é um direito garantido pela constituição de 1988. O fechamento de escolas no campo está ligada a desterritorialização, ou seja, muitas comunidades são acabadas com o seu fechamento, os moradores por sua vez procuram centros urbanos, e vendem suas terras na maioria das vezes para grandes proprietários, aumentando assim a concentração de terras. E se não tem camponeses não têm escola e nem educação do campo.

Nos últimos anos ocorreram muitas mudanças no processo de produção e desenvolvimento no campo. Nessa perspectiva, a situação tende a piorar quando se coloca a questão da modernidade na agricultura, que transformou as relações de trabalho no campo, e marginalizou os trabalhadores rurais, aprofundando ainda mais as desigualdades sociais. Além

disso, desconsidera a questão agrária, elemento essencial na discussão sobre a função social da terra.

A concepção de escola do campo pautada numa visão de formação do ser humano, baseada numa educação transformadora aqui no Brasil, surge de experiências como as EFAs (Escolas Família Agrícolas); surgidas a partir do movimento pela educação do campo, através das lutas dos movimentos sociais por terra e educação. Segundo Molina et. al. (2012), “sendo assim, ela se coloca numa relação de antagonismo às concepções de escola hegemônicas e ao projeto de educação proposto para a classe trabalhadora pelo sistema do capital”.

5.1 Fechamento de Escolas do Campo: luta e permanência

Ao observar os dados da tabela 1 abaixo, é possível verificar os números dos estabelecimentos da educação básica no campo durante um pouco mais de uma década. Nota-se que os números foram diminuindo gradativamente com o passar dos anos, o que aconteceu em cada entidade destacada, desde em nível nacional até o municipal.

Tabela. 1: número de estabelecimentos da educação básica rural no período de 2007-2021

Ano	Brasil	Nordeste	Bahia	Manoel Vitorino
2007	88.386	50.608	13.963	40
2008	86.577	49.741	13.732	39
2009	83.036	47.534	13.443	35
2010	79.388	45.431	12.875	34
2011	76.229	43.261	12.355	30
2012	74.112	41.927	11.984	29
2013	70.816	39.748	11.340	25
2014	67.541	37.501	10.615	25
2015	64.704	35.613	10.042	25
2016	63.049	34.621	9.747	25

2017	60.694	32.956	9277	20
2018	60.694	32.956	9277	20
2019	55.345	29.211	8.122	18
2020	54.403	28.557	7.911	18
2021	53.557	27.959	7.775	18

Fonte: INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA.. Sinopse Estatística da Educação Básica 2008. Brasília; Inep, 2019. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/sinopses-estatisticas-da-educacao-basica>. Acesso em: 05/10/2022

Do ano de 2007 até o ano de 2021 foram fechadas no Brasil 34.829 escolas do campo. Desse total, 22.649 estavam localizadas na região Nordeste, das quais, 6.188 localizavam-se na Bahia. Esses dados dizem respeito àquelas situadas na área rural. Os números sistematizados na tabela demonstram o descaso com a educação do campo brasileira e evidencia aquilo que já foi colocado anteriormente neste trabalho: a discriminação e a política de esvaziamento da cultura e acessos da população campestre e ligadas ao campo. Os dados da tabela mostram também, que o período de 2018 a 2019 foi o que mais fechou escolas do campo no Brasil, na região Nordeste e no estado da Bahia. Esse período coincide com o governo neoliberal, o que demonstra qual o projeto de sociedade que eles querem e lutam.

Entre o ano de 2007 até o ano de 2021 foram fechadas 22 escolas no município de Manoel Vitorino, todas escolas localizadas no campo. Destaca-se o fato de que a partir do ano de 2014 já havia sido promulgada a lei 12.960 que dificulta o fechamento de escolas no campo, ainda assim os números de escolas fechadas não decaíram, como era de se esperar.

Percebe-se também que não foram construídas ou reabertas nenhuma escola no/do campo neste município nas datas avaliadas. O indicativo é de que a lei não modificou o cenário de fechamento das escolas.

Manter uma escola do campo, implica o Estado estar presente na comunidade, e isso assegura o direito de cada cidadão (ã) que ali reside ao acesso às políticas públicas. Por outro lado, fechar uma escola do campo representa o afastamento do Estado, e como resultado as pessoas vão para centros urbanos em busca de educação, ou em pior das hipóteses o abandono total da escola por estudantes. Em consequência disso, a taxa de analfabetismo no país, que hoje alcança 38% dos brasileiros, se agrava no campo, uma vez que a taxa de analfabetismo é maior no campo em relação a cidade (17,7%, e 5,2%, respectivamente). Já a escolaridade média é de

8,7 anos no campo e 11,6 nas cidades. Em Manoel Vitorino, de acordo com o IBGE (2010), a taxa de escolarização de 6 à 14 anos de idade é de 98,02 %.

Em decorrência da relativa facilidade de se fechar uma escola do campo e pelo agravamento das consequências disso, e por não ter nenhuma lei que amparasse o fechamento de escolas, o MST lançou em 2011 uma campanha para frear os números alarmantes (como mostra a tabela 1). A campanha não surtiu efeito imediato em relação aos números, mas, em contrapartida, foi criada dois anos mais tarde a Lei nº 12.960/14, cujos termos incluíam a condicional de que para se fechar uma escola do campo era necessário consultar previamente a comunidade.

A Lei nº 12.960, promulgada em 27 de março de 2014, altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que por sua vez “estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para fazer constar a exigência de manifestação de órgão normativo do sistema de ensino para o fechamento de escolas do campo, indígenas e quilombolas” (BRASIL 2014). A alteração é a inclusão de um parágrafo único que diz “O fechamento de escolas do campo, indígenas e quilombolas será precedido de manifestação do órgão normativo do respectivo sistema de ensino, que considerará a justificativa apresentada pela Secretaria de Educação, a análise do diagnóstico do impacto da ação e a manifestação da comunidade escolar” (BRASIL 2014). De forma que a promulgação do referido acréscimo notabiliza a arbitrariedade com que o encerramento dos estabelecimentos nas comunidades camponesas vinham sendo executadas, que em sua maioria acontecem sem consulta às comunidades.

6 CAPÍTULO III. CONTEXTO E IMPLICAÇÕES DO FECHAMENTO DA ESCOLA ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES

São Domingo de Gusmão é uma comunidade que atualmente pertence ao município de Boa Nova - BA. Os fatos descritos nesta seção sobre a comunidade ocorreram no ano de 2007/2008, quando a comunidade pertencia a outro município, Manoel Vitorino-BA. Localizado no sudoeste baiano, no território de identidade Médio Rio das Contas, o município é caracterizado pelo bioma Caatinga e o clima semiárido. Estima-se que o município possui segundo o censo do (IBGE/2021) 12.994 pessoas, 25 estabelecimentos de ensino, caracterizada como um município rural, neste sentido, os vínculos entre os manoel-vitorienses e o campo é bem forte.

A comunidade São Domingos (FOTO 1) surgiu no ano de 1960 com a construção da BR 116. Rebatizada de São Domingos de Gusmão em 1992 devido a construção da igreja homônima onde são realizadas missas mensalmente, cujo patrono passou a ser o santo padroeiro local. O lugar também é conhecido como KM 58, referência ao quilômetro do trecho da rodovia em que está localizado. Segundo um dos moradores mais velho do lugar, no momento presente vivem cerca de sessenta pessoas (crianças, homens e mulheres) na comunidade. O povoado é rodeado por 8 fazendas: 5 de grande porte e 3 de pequeno porte. Vivem do extrativismo do umbu e da Agricultura Familiar, são produtores de feijão-de-corda, milho e melancia, e criadores de animais como gado, cabra, cavalo, porco e galinha. Os alimentos e produtos que faltam, compram na mercearia. Em termos de comércio e prestação de serviços, há uma pousada e restaurante que empregam os moradores locais e outras pessoas das comunidades vizinhas. A comunidade contava com uma escola (nucleada, desativada e destruída) (FOTO 2), um posto médico e um de gasolina (ambos foram desativados), um agente comunitário de saúde, possui água encanada, coleta de lixo, energia elétrica e internet.

FOTO 1: Comunidade São Domingos de Gusmão (km 58): Esquerda/direita



Fonte: Arquivo do autor

Este trabalho se debruça em descrever o fechamento da unidade de ensino: a Escola Municipal Antônio Carlos Magalhães (FOTO 2) no ano de 2008, e os desafios da comunidade para continuar com o processo escolar e a vivência no campo. Para este trabalho foram

entrevistadas 5 pessoas que moravam na comunidade, dentre estas estão: 1 professora, 2 pais de estudantes e 2 ex-estudantes da escola fechada. foram escolhidos também nomes fictícios para preservar a sua identidade, os nomes foram escolhidos por eles, mas a sugestão é que fossem escolhidos algo relacionado ao bioma que estão inseridos, o bioma Caatinga.

Segundo eles, o motivo alegado pela secretaria municipal de Boa Nova, foi que eles fariam uma reforma na escola.

Existem diversas causas de fechamento das escolas do campo, vamos aqui trazer a percepção de algumas pessoas da comunidade escolar sobre o fechamento da escola. Dentre as questões abordadas, traremos o(s) motivo(s) pelo qual se fechou a escola municipal ACM.

FOTO 2 Escola Municipal Antônio Carlos Magalhães Antes /depois



Fonte: Arquivo pessoal do autor

A escola foi construída em 6 de junho de 1973, desde então funcionava normalmente, era uma escola de pequeno porte com 2 salas, 2 banheiros (masculino e feminino). Funcionava durante os três turnos dependendo da demanda, 1ª a 4ª série do ensino fundamental I, mas também já foi ofertada o Mobral (Movimento Brasileiro de Alfabetização) o Topa (Todos pela Alfabetização) e o Eja (Educação de Jovens e Adultos).

Nota-se a importância da escola para a comunidade, uma vez que eles falam da segurança de crianças pequenas não pegar a rodovia para ter acesso à educação; na comodidade dos

familiares de levar os estudantes na escola perto de casa e o tempo de estar realizando outras atividades na comunidade.

A escola quando “nois” “cheguemos” “pra” ali em 1975 já tinha o colégio, e aí era aonde as “criança” “pequena” estudava até a quarta série, depois que saia pra estudar fora, e aí de 75 até 2008 foi quando a escola mudou de município para Boa Nova. (Bahia, 2022)

Foi um local muito importante para minha vida, onde eu tive contato social com meus colegas, onde eu aprendi a ler; a escrever; e que me proporcionou hoje ter a vida que eu tenho, ter cursado universidade. Foi lá que eu dei os primeiros passos e era um ambiente que eu me sentia muito confortável com as professoras que eu tive, e por ser bem perto da minha casa. Então era até melhor a comodidade pra minha vó “tá” me levando “pro” colégio não precisar ficar pegando transporte, como foi depois da 5ª até o 3º ano. Era bem mais complicado, mais perigoso ficar pegando a rodovia para ter acesso à escola então assim foi um momento, foi crucial na minha vida. (Cacto 2022)

Para além dos desafios citados na fala anterior destaca se aqui outro fator que a educação no/do campo problematiza, que a relação dos estudantes com o campo, o lugar onde vivem, tirá-las do lugar desde pequenas e inseri-las em outro lugar diferente, no sentido (cultural, social), faz com eles desde cedo aprendam a negar suas raízes do campo. Acabam por perder a sua identidade camponesa mais cedo.

A escola era o primeiro lugar assim que a gente tinha uma vida social na verdade, porque eu comecei participar frequentar antes da igreja, e era ali na escola que a gente participava de brincadeiras, eu me lembro né de brincadeiras dos colegas ali, boa parte de história de vida eu lembro assim daquela escola, é pra mim né que foi ali que comecei ali e fiz o pré estágio, depois meus filhos estudaram ali, foi a sequência, a gente via como um lugar importante mesmo né pra comunidade e pra vida em geral quando a gente diz assim de ler e aprender escrever, então é muito importante a escola. (Umbuzeiro, 2022)

Verifica-se que a escola ficou ativa por muitos anos desde a sua criação, e nesse período foi responsável por construir memórias coletivas dos moradores, e gerava integração entre toda a comunidade.

Sobre a participação da comunidade na decisão de fechar a escola, ou se houve ao menos uma consulta em relação a isso, um dos entrevistados respondeu:

Sim, sim! Houve uma reunião, porque foi assim o 58 o povoado são domingos que chama, pertencia ao município de Manoel Vitorino e tudo era resolvido aqui em Manoel Vitorino, onde que eu tô morando hoje, é...

aí depois, teve uma divisão lá de municípios e disse que o 58 pertencia ao município de Boa Nova, não lembro quando, mais foi no mandato de Toinho, ex prefeito de Boa Nova aí teve a reunião lá na pousada eu era pequena mais eu participei. (Cacto, 2022)

Segundo os moradores o fechamento aconteceu na transição da comunidade para outro município. Com isso, nuclear-se a escola, com a promessa de reformá-la. A nucleação já é uma premissa da desativação da escola. O parecer CNE/CEB Nº: 23/2007 argumenta o que caracteriza as escolas nucleadas é o argumento de “baixa densidade populacional determinando a sala multisseriada e a unidocência; facilitação da coordenação pedagógica; racionalização da gestão e dos serviços escolares; e melhoria da qualidade da aprendizagem” (BRASIL, 2007,p. 6).

A escola núcleo para onde foram transferidos os estudantes é a Escola Municipal Alcides Filinto Magnavita de Souza, Escola Rural/Pública/Municipal, localizada na BR 030 – Entroncamento de Boa Nova, S/N, distante 6 km do prédio que foi desativado. Lá funcionam as modalidades de ensino: Educação Infantil, Ensino Fundamental I e II.

Mais como eu já tava estudando aqui em Manoel Vitorino e outras crianças tava estudando aqui, então a gente ficou, essa coisa lá ou pertencia a Manoel Vitorino ou pertencia a Boa Nova, mas a gente que tava estudando em Manoel vitorino continuou estudando em Manoel vitorino e algumas outras pessoas foram para o entroncamento, mas foi nessa divisão aí, o 58 passar a ser do município de Boa Nova. Teve essa reunião falou que seria só essa reforma, e depois disso nunca mais foi aberta, venderam o peixe deles falaram pros pais ficar despreocupados, eu já era maior não tinha tanto perigo, eu sabia me virar, mas tinha as crianças de 1ª a 4ª série que era como a escola funcionava lá né antigamente era assim, eu já tinha concluído mas eu participei da reunião porque tinha meus primos que ainda estudavam na escola lá aí meus avós que criou a gente foram nessa reunião porque queriam saber como ia funcionar pra essas crianças e aí venderam o peixe que seria por pouco tempo, aí fechou a escola, falou que quando retornasse seria professores do Entroncamento, mas depois disso os alunos foram para o Entroncamento e nunca mais a escola voltou. Não deu documento nenhum, foi uma reunião avulsa. (Cacto, 2022)

Percebe-se que houve por parte de alguns moradores uma resistência, em relação a nucleação da escola, por conta dos perigos e adaptação das crianças à nova escola, considerando também o direito que as crianças têm de estudar perto de casa.

Aí no dia que eles voltaram, não perguntaram mais nada não, quem queria quem não queria, já veio logo dizendo como que era o carro pra levar para o Entrocamento, aí eu falei oxente, “como que é esse

negócio?”, “não a gente já veio pra poder acertar pra gente levar”, aí ficou umas três pessoas que falou comigo “meus fi também não vai pro Entroncamento não, na hora que tu falar também nós vai seguir com tu, tu fala que não que nois vai ficar do teu lado”, só que na hora que o pessoal de Boa Nova falou isso, aí aquelas pessoas que tava contra também não falou mais nada, mas eles tá falando assim “meus filhos vai”, só ficou eu sozinho no caso, aí foi, aí eu falei “é então fazer o que” só que eles iam pegar os meninos pra Boa Nova mais lá. (Bahia, 2022)

A fala anterior evidencia o constrangimento que foi das pessoas que não aceitaram a nucleação da escola ter que aceitar a condição que foi imposta sem protestar porque no momento já não cabia mais a opinião delas pois a secretaria já tinha decidido pela nucleação.

Houve sim! Teve uma consulta, na verdade essa consulta não foi para o fechamento da escola, aconteceu uma reunião essa reunião foi até na igreja, não foi lá na escola, que onde umas pessoas conversou com a gente, o pessoal de Boa Nova, não me lembro hoje o nome das pessoas, mas que fizeram uma proposta assim: que iria fazer uma reforma na escola e que ia levar as crianças para o Entroncamento de Boa Nova, e com o tempo retornaria a funcionar novamente, na época nunca houve uma proposta dizendo que iriam fechar a escola, e que sim tiraria as crianças para reformar e depois mais isso não aconteceu. Não me lembro de ter assinado nenhum documento não assim eu não posso afirmar com certeza que não assinamos, eu não me lembro de ter assinado. (Umbuzeiro, 2022)

De acordo com os relatos a consulta não foi para o fechamento, e sim para a nucleação da escola, pois haveria uma reforma. Este argumento criou expectativas positivas na população, afinal de contas quem não quer uma escola melhor, mais equipada, maior, com mais conforto?

Durante o processo de fechamento da escola alguns moradores se viram diante de alguns desafios que marcaram a sua trajetória. Percebe-se também a importância que a escola tinha na permanência dos moradores que saíram, quando perguntado se eles pretendiam retornar a morar na comunidade? pois para além das questões escolares, os desafios já problematizados neste trabalho, sobre a falta de políticas públicas para o campo, fez com que a maioria das pessoas que saíram do campo não quisessem mais retornar.

Não! Não penso em voltar para a comunidade, porque hoje eu moro aqui em Manoel Vitorino, construí minha casa aqui. Sair de lá por conta da universidade, aliás precisava de um emprego, lá não tinha, e aí eu vim pra Manoel Vitorino, na esperança de procurar um serviço, aí nesse meio tempo passei na universidade, fui chamada, pelo Sisu e fui fazer a

faculdade em Jequié, ficava inviável morar no 58 que é 18 km de distância daqui, e também porque o ônibus da faculdade não ia até a faculdade. [...] Então não penso em voltar pra lá, já consolidei minha vida aqui. (Cacto, 2022)

Não! falta de oportunidade de estudo, e de trabalho. (Mandacaru 2022)

Não! Como eu não aceitei né, minha menina veio estudar aqui (Manoel Vitorino) aí ficou assim, eles levando os meninos pra lá, e eu trazendo pra qui aí foi quando também logo derrubaram o colégio, desativaram o colégio, não tinha mais aluno lá, professor não foi ensinar. (Bahia, 2022)

Então! é às vezes a gente até fala: há vontade de voltar a morar lá no km 58! mas umas das razões a principal razão de ter saído de lá foi a questão da escola, porque tipo assim é meu filho tinha que deslocar para o entroncamento de Boa Nova e aí ele reclamava muito, aí tinha aquela preocupação todo dia tá na BR né e aí a gente decidiu vim pra cá e uma das razões foi o fechamento da escola. Mas sinceramente não pretendo voltar não (Umbuzeiro, 2022)

Quando se perguntou se havia na comunidade uma associação, de acordo com os moradores a comunidade possuía uma associação, mas não era tão atuante, diante disso, destaca-se a importância das organizações sociais e o papel destas em defesa dos direitos coletivos de pequenos a grandes grupos.

Uma época, eu não vou lembrar o ano também, possuía associação tinha até reuniões eu não sei se era na igreja, ou se era no colégio, eu não tô lembrada, mas tinha sim associação, mas durou muito tempo não. (Cacto, 2022)

Tentou construir várias vezes mas não ia pra frente. (Mandacaru, 2022).

A comunidade possuía associação, não funcionava regularmente, às vezes frequentava poucas pessoas, mas a comunidade tinha associação, é não estou assim exatamente me lembrando se na época eu estava como secretaria desta associação mas eu participava, participei muitas vezes de reuniões, e as reuniões chegou a acontecer na escola. (Umbuzeiro, 2022)

O fechamento da escola foi considerado algo negativo para a comunidade, para os moradores a escola agregava valor ao lugar. a fala dos entrevistados evidencia isso quando a pergunta foi como eles avaliam o fechamento da escola:

Foi uma grande perda né, pro povoado, é em questão falta falar das crianças né, que tem que pegar condução pra ir, pra frequentar escola em

outro local, assim: a gente lá a partir dos dez anos em média tinha que fazer a 5ª série até o 3º ano em Manoel Vitorino ou em Boa Nova, algumas pessoas agora né, mas já eram mais grandinhos, agora as crianças de 6, 8 anos, 9 anos tem que pegar carro pra ir pra escola, uma preocupação né pros pais, e ficou desvalorizado o povoado em si. (Cacto, 2022)

Pra mim foi um descaso, por parte da comunidade quanto do gestor público, se a comunidade não quisesse que derrubasse teria protestado, já que ela não fez caso. (Mandacaru, 2022)

É compreensível a indignação das pessoas, mas também é importante destacar que a comunidade não é culpada. Pois nem todos queriam a nucleação da escola, o fato desta não estar articulada em um movimento como por exemplo associação, fez com que não percebesse os impactos e os desafios que surgiriam.

Foi péssimo né as pessoas da comunidade acabou saindo muitas pessoas acabaram saindo da comunidade por conta desse fechamento da escola, que foi o meu caso e de outras pessoas que na época declararam sair da comunidade vieram pra aqui pra Manoel Vitorino pra facilitar pra que as crianças ficassem mais próxima da escola. (Umbuzeiro, 2022)

Se fossemos pesquisar os motivos alegados pelos gestores pelos quais se fecham uma escola do campo no Brasil iríamos encontrar diversos, os mais comuns são: quando a escola não possui estudantes suficientes, e o financiamento para as escolas ser muito caro. Neste caso, segundo os entrevistados, o motivo foi a suposta reforma da escola, que não aconteceu. Não ficou evidente se a reforma aconteceria, ou se essa foi uma estratégia para o fechamento. Com o passar do tempo e do abandono culminou na destruição total de sua estrutura, impossibilitando a sua reabertura.

Falaram que iam fechar a escola por um tempo, pra fazer uma reforma, aumentar o número de salas de aulas que só tinha 2 né, e tudo mais, reformar realmente a estrutura do colégio, e nesse meio tempo que teria essa reforma os alunos estudariam no entroncamento de Boa Nova. (Cacto, 2022)

O motivo segundo eles que as crianças era pouca pra estudar aí, e era mais difícil trazer professor praí do que levar as crianças para outras escolas próximas. (Mandacaru, 2022)

Nunca falaram pra gente que seria o fechamento, falaram que só era por um momento, pra fazer uma reforma na escola e que depois as crianças retornariam (Umbuzeiro, 2022)

A partir das justificativas que levaram ao fechamento da escola – pois a expectativa da comunidade era a reforma da escola como mostra as falas dos entrevistados – ou de eventuais interesses por parte da comunidade, era esperado que neste período estivessem de acordo com a nucleação. No entanto, nem todos estavam de acordo, houve um pouco de resistência por parte dos pais, ainda que eles não imaginassem que a escola seria destruída.

[...] uns querem, outros não queria, eu mesmo fui um dos que era contra, não aceitava minha menina estudar lá (município de Boa Nova). (Bahia, 2022)

Contra! Contra o fechamento porque, como eu diz, minha vó ficou muito preocupada como que os meus primos frequentam essa escola longe, perigo na rodovia, onde tem muitos acidentes, então eu fui contra. Os pais também ficaram indignados, mas como eles falaram que não durariam nem um ano, aceitaram. (Cacto, 2022)

Eu fui contra! (Mandacaru, 2022).

Eu posso te dizer assim que eu fui uma pessoa a favor, mas não do fechamento, era a favor de que as crianças saíssem um pouco para melhorar a estrutura da escola e depois retornaria, agora se fosse pra fechar eu nunca seria a favor. (Umbuzeiro, 2022)

Procurada a Secretaria Municipal de Educação de Manoel Vitorino, sobre os dados da escola, disseram que não havia mais os dados do estabelecimento, alguns professores que trabalhavam na escola também não souberam informar sobre os dados.

Algumas literaturas descrevem como o fechamento de escolas do campo pode acarretar no fim das comunidades. É importante destacar que esse não é o único motivo, mas que neste relato há uma ligação com o fechamento da escola ACM e o que os entrevistados falaram a respeito, como um lugar desvalorizado, sem perspectivas de crescimento, e em que houve um êxodo rural por conta disso.

Esse sentimento de desvalorização do lugar e a impotência por parte da comunidade é bastante comum como questiona Peripolli et al (2011):

[...] quais são as possibilidades dos que vivem no campo – sem escola – de superarem esta “insuficiência”? Que possibilidade terão de se organizarem e

elaborarem outras propostas de campo, de escola, se lhes é tirado o espaço que possibilitaria esta unidade? Sem escola, - porque foi desativada/fechada, gerando um sentimento de impotência, de perda da história, de desvalorização do lugar -, o que esperar destes sujeitos? Que fiquem no campo? Fazendo o quê? (PERIPOLLI et al 2011 p. 197)

Na comunidade em si, ficou sem uma referência digamos assim, tinha a escola lá onde até outras pessoas de outras comunidades ali de perto do 58 ia estudar lá, afetou até outras pessoas né outras comunidades. Importante também falar sobre algumas pessoas que saíram de lá por causa do fechamento da escola, pros filhos não ficarem pegando a transporte por ser muito perigoso, isso só foi diminuindo a quantidade de pessoas dentro da comunidade e teve também abandono teve gente que os pais não deixaram estudar pra não pegar transporte porque era perigoso aí saíram da escola. (Cacto, 2022)

Acabou com o lugar, acabou com a população, fechou a escola aí acabou com tudo, os moradores foi a maioria embora. [...] aquela escola onde as crianças tudo estudava lá, aí com o fechamento acabou com tudo, a escola era um patrimônio do lugar, os moradores seus filhos estudavam ali anos e mais anos. (Bahia, 2022) (Bahia, 2022)

É importante frisar que a comunidade ainda existe, o que aconteceu foi algumas mudanças significativas como a evasão dos moradores, com isso algumas ações comunitárias foram diminuindo, isso também favoreceu a percepção dos jovens sobre o campo como um lugar sem perspectivas .

Desvalorizou a comunidade, sabe!, a comunidade ficou desvalorizada. (Umbuzeiro, 2022)

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho se propôs analisar e descrever as implicações, desafios e perspectivas que envolveram o fechamento da Escola Municipal Antônio Carlos Magalhães no ano de 2008, na comunidade São Domingos de Gusmão, para compreender o processo de fechamento de escolas do/no campo antes e depois da lei 12. 960 de 27 de março de 2014.

O fechamento da escola ACM, foi considerado desumano, demonstrando o descaso que o campo sofre, com isso os moradores de São Domingos de Gusmão sofreram as implicações desse fato ocorrido. Os desafios foram muitos, dos estudantes que tiveram que ir para outra escola em

outro lugar, onde não conhecia os professores e nem os novos colegas de classe, dos pais em ter que acompanhar os filhos, porque é perigoso o percurso até a escola, ainda tiveram que procurar vagas para matrículas, dos pais que não aceitaram ir para a escola do município em que a comunidade passou a pertencer, e o êxodo, porque muitos acabaram saindo por conta do fechamento da escola. Para além das questões envolvendo a escola, outro problema que também evidenciou a desestruturação da comunidade foi a saída dos moradores mais jovens em busca de emprego em centros urbanos.

O movimento pela educação do campo vem ao longo desses 24 anos conquistando avanços, superando desafios, mas também sofrendo retrocessos. Neste trabalho trazemos como avanços: a LDB; também programas importantes como o Procampo e o PRONERA, que são políticas públicas que dão suporte ao movimento e a secretaria SECADI.

O principal desafio a ser superado descrito neste trabalho é o fechamento dos estabelecimentos de ensino no campo. O que levou a fechar tantas escolas no campo nos últimos anos? Seria o projeto neoliberal que se estabeleceu? Sim, de acordo com este trabalho os anos que se fechou mais escolas do campo coincide com os governos neoliberais, mas também vale salientar que não é algo novo e nem simples, é parte do processo histórico de um projeto de desenvolvimento de um campo vazio, “moderno”, “desenvolvido”.

A escola/educação do campo é um campo de debate contínuo, pois está sempre em evidência nas discussões de grupos e interesses diferentes, como afirma Molina. O Movimento pela Educação do campo é uma categoria de luta, essa compreensão é de suma importância, pois existem dois modelos de organizar o campo brasileiro, de um lado um grupo que defende os interesses capitalistas, de outros aqueles que defendem a vida com dignidade e qualidade no campo e eles são coexistentes. O que acontece no campo é um grande embate, as vezes visível, outrora quase que imperceptível. Só há um caminho o da luta: lutar para reativar as escolas do campo; lutar para garantir políticas públicas para o campo e lutar para que outras escolas não sejam fechadas.

O fechamento de escola no campo hoje é um crime, pois existe um projeto de lei que coíbe esse ato no Brasil, no entanto percebe-se que nesses oito anos de implementação ela ainda não saiu do papel. No município em que a escola do campo ACM foi fechada, nenhuma escola urbana teve o mesmo destino, também nenhuma escola paralisada foi reativada neste município. Mesmo que na época que fechou a escola a lei não existia, de toda forma não avaliaram os

impactos negativos que poderiam causar para a população. Não discutimos o papel centralizador da escola neste trabalho, mas trouxemos os direitos garantidos pela constituição: a educação é um direito de todo cidadão, a criança tem o direito de estudar perto de casa, e é um dever do estado garantir. Estamos falando também de uma luta para que o estado cumpra seu papel e, e que as escolas do campo deixem de ser uma extensão das escolas urbanas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARROYO, Miguel Gonzalez. Políticas de formação de educadores (as) do campo. **Cadernos Cedes**, v. 27, p. 2007.

BRASIL. **Lei nº 12.960**, promulgada em 27 de março de 2014 Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para fazer constar a exigência de manifestação de órgão normativo do sistema de ensino para o fechamento de escolas do campo, indígenas e quilombolas. Diário Oficial da União, Brasília, DF, v. 01, n. 61, 31 de março 2014.

BRASIL, **Parecer CNE\CEB Nº: 23\2007**. Ministério da Educação\Secretaria de Educação Cntinuada, Alfabetização e Diversidade- SECAD: Consulta referente às orientações para o atendimento da Educação do Campo. Diário Oficial da União, Brasília, DF, n. 23, p. 6 12 de setembro de 2007.

CALDART, Roseli Salete et al. Educação do campo. **Dicionário da educação do campo**, v. 2, p.4- 5, 2012.

CALDART, Roseli Salete et al. **Dicionário da Educação do Campo**. – Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular,v. 2. p.239, 240, 257, 265, 641 2012.

FONTELLES, Mauro José até al. Metodologia da pesquisa científica: diretrizes para elaboração de um protocolo de pesquisa. **Revista paraense de medicina**, v. 23, n.3, p.7, 2009

GIL, Antônio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa/ 4.ed. – São Paulo: Atlas, p. 41,42,54, 2002

LAMOSA, Rodrigo de Azevedo; LOUREIRO, C. F. B **Agronegócio e educação: o trabalho docente e a hegemonia do capital**. **Cadernos de educação**, n. 60, p. 121-127. jul/dez 2018.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos da metodologia científica** 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003, p. 44-50.

MOLINA, M. C. **A educação do campo e o enfrentamento das tendências das atuais políticas públicas**. Educação em Perspectiva, Viçosa, MG, v. 6, n. 2, p. 381. 2015. DOI: 10.22294/eduper/ppge/ufv.v6i2.665. Disponível em: <https://periodicos.ufv.br/educacaoem perspectiva/article/view/6809>. Acesso em: 14 nov. 2022.

PERIPOLLI, Odimar João; ZOIA, Alceu. **O fechamento das escolas do campo: o anúncio do fim das comunidades rurais/camponesas**. Revista Educação, Cultura e Sociedade, v. 1, n. 2, 2011.

RIOS, Roseane Oliveira. **O projeto educacional da fundação Odebrecht: um estudo sobre seus fundamentos**. São Paulo, 2016. p. 46-47.

SILVA, José Graziano da; STOLCKE, Verena. **O que é questão agrária**. São Paulo: Brasiliense, v. 16, p. 40, 1981.

IBGE- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Cidades e estados.**

<https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/ba/manoel-vitorino.html> >acesso em 24/06 2022

INSTITUTO INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS

ANÍSIO TEIXEIRA.. **Sinopse Estatística da Educação Básica 2008.** Brasília; Inep, 2019.

Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/sinopses-estatisticas-da-educacao-basica>. Acesso em: 05/10/2022

APÊNDICES

APÊNDICE A. Roteiro de entrevista

I.Dados da pesquisa:

Questionário destinado aos participantes da pesquisa sobre o fechamento da escola municipal

Antônio Carlos Magalhães

II. Dados do entrevistado:

Nome completo:

Local e data de nascimento:

Endereço:

profissão:

1. Fale um pouco sobre a escola ACM (Antônio Carlos Magalhães) O que a escola representava para você?
2. Houve algum tipo de consulta por parte dos responsáveis em relação a aceitação da comunidade sobre o fechamento, se houve qual foi o tipo de consulta? Você assinou algum documento ou ata?
3. Pensa em sair da comunidade? Por quê? o que a comunidade representa para você? (para os que continuam na comunidade)
4. Pensa em voltar para a comunidade? (para os que saíram da comunidade), o que levou você a sair da comunidade?
5. A comunidade possui associação?
6. Como você avalia o fechamento da escola?
7. Citaram o motivo do fechamento da escola ACM?
8. Você foi a favor ou contra o fechamento da escola?
9. Quantos estudantes estudavam na escola (professores)
10. O que mudou na comunidade após o fechamento da escola?

APENDICE: B. Termos de consentimento para as entrevistas



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA
CENTRO DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES
LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO DO CAMPO

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Pesquisa

**IMPLICAÇÕES DO FECHAMENTO DA ESCOLA MUNICIPAL
ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES (2007) DESAFIOS E
PERSPECTIVAS**

Coordenação

Trabalho de conclusão de curso de Maria de Fátima Sampaio Libarino sob orientação da professora Lanna Cecília Lima de Oliveira.

Natureza da pesquisa

Você está convidado a participar de uma entrevista de pesquisa que tem como finalidade analisar e descrever as implicações, desafios e perspectivas que envolveram o fechamento da Escola Municipal Antônio Carlos Magalhães. Esse termo será disponibilizado em duas vias (uma via do pesquisador e outra via do entrevistado).

Participantes da pesquisa

10 participantes

Envolvimento na pesquisa

Seu envolvimento na pesquisa se dará participando da entrevista. Caso seja necessário e se você tiver disponibilidade, mais uma entrevista poderá ser realizada. Você tem liberdade de solicitar que sua entrevista não seja utilizada, bem como de responder apenas o que quiser.

Sempre que quiser poderá solicitar mais informações acerca da pesquisa. Para isto entre em contato com a entrevistadora pelo telefone:(77)8841-2283 ou pelo correio eletrônico: mariadefatimasampaiolibarino@gmail.com

Riscos e desconfortos

Caso alguma pergunta seja desconfortável, você tem todo direito de encerrar a entrevista ou de não responder à pergunta.

Confidencialidade

Todas as informações obtidas nessa entrevista são confidenciais. Caso deseje, manteremos o sigilo de sua identidade. Somente o pesquisador terá acesso à íntegra das transcrições.

Benefício

Não há nenhum benefício direto para o participante da entrevista. No entanto, com a sua entrevista, esperamos desenvolver um estudo que nos dê informações a respeito das implicações, desafios e perspectivas que envolveram o fechamento da Escola Municipal Antônio Carlos Magalhães.

Pagamento

A participação na entrevista é voluntária, ou seja, você não terá nenhum tipo de remuneração por participar dessa pesquisa. Caso tenha interesse, você poderá nos contatar para maiores informações, bem como para ter acesso a íntegra do trabalho de conclusão de curso que nos ajudou a construir.

Após a leitura das informações acima, eu, de forma livre e esclarecida, manifesto interesse em participar da pesquisa.

Jaidey Santos Andrade

Nome do participante

Maria de Fátima S. Kibariano

Pesquisadora do projeto

03 de Junho de 2022 / Mamel Vitorino - BA

Local e data

ANEXO : A. Termo de solicitação para pesquisa, na secretaria de educação**SOLICITAÇÃO DE AUTORIZAÇÃO PARA PESQUISA**

Prezada senhora Secretária de Educação Marlene Costa,

Solicitamos autorização para levantamento de informações referente à Escola Municipal Antônio Carlos Magalhães, com o objetivo de reunir dados para elaboração do Trabalho de Conclusão de Curso da discente Maria de Fátima Sampaio Libarino vinculada ao curso de Licenciatura em Educação do Campo, do Centro de Formação de Professores da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia.

Agradecemos a atenção e nos colocamos a disposição para possíveis esclarecimentos.

Amargosa, 16 de setembro de 2022.

Lanna Cecília Lima de Oliveira

Lanna Cecília Lima de Oliveira
(Orientadora)

Maria de Fátima S. Libarino

Maria de Fátima Sampaio Libarino
(Discente)

() Deferido () Indeferido

Marlene Costa
(Representante da Secretaria Municipal de Educação de Manoel Vitorino)

Adicione títulos (Formatar > Estilos de parágrafo) e eles vão aparecer no seu sumário.

Escola Estadual Edivaldo Boaventura

ESTABELECIMENTO DE ENSINO Escola Antônio Carlos Magalhães

SÉRIE 1ª TURMA única GRAD primário

ESTAGIÁRIO(a) Edilene Angélica Soares TURNO matutino

MAPA DE APROVEITAMENTO

Nº	A L U N O	Port.	Mat.	Hist.	Geo.	Ciênc.	MÉDIA
1	Adilson Andrade Moreira	4,5	10,0	8,0	8,0	6,0	
2	Diego Silva Santos	2,0	10,0	5,0	9,0	0,0	
3	Edson dos Santos Moreira	6,0	6,0	10,0	9,0	10,0	
4	Corivan Santos Beneditin	7,0	7,0	6,0	10,0	7,0	
5	George Eduardo Souto da Silva	5,0	9,0	8,0	7,0	7,5	
6	José Wilton Jaquero dos Santos	10,0	10,0	10,0	10,0	10,0	
7	Márcia de Fátima Sampaio Libermano	0,0	8,0	6,0	5,0	5,0	
8	Márcia Tânia da Costa Santos	2,5	0,0	6,0	9,0	8,0	
9	Maurício dos Anjos Freire	7,0	9,0	8,0	8,0	6,0	
10	Reginaldo da Silva Costa	7,0	9,5	10,0	9,0	9,0	
11	Willianes de Jesus Andrade	9,5	10,0	10,0	10,0	8,0	

